

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – MODALIDADE A DISTÂNCIA
POLO DE ALVORADA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Ana Cláudia Silveira Del Monego

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E
SEU CONTEXTO ESCOLAR**

Porto Alegre 2010/02

Ana Cláudia Silveira Del Monego

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E
SEU CONTEXTO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau de Licenciado em
Pedagogia – Modalidade à distância, pela
Faculdade de Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul –
FACED/UFRGS.

**Orientador(a):
Prof^a. Denise Comerlato**

Tutor(a): Ms Eliane T. Gheno

Porto Alegre 2010/02

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que sempre estiveram ao meu lado. Pessoas que abriram mão de minha presença como mãe, esposa, filha e amiga. Dedico a ti, meu pai, que se afastou de mim antes do final desta jornada.

Foi à busca por um sonho que muitas vezes me afastou dos que mais amo.

Agradeço a Deus pela força dada a todos nós para enfrentarmos esta batalha árdua, que vencemos.

Muito obrigada a vocês que me dedicaram tanto carinho, amor, paciência e compreensão.

Esta não é uma vitória apenas minha, mas de todos vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, especialmente, a minha mãe, pai (*in memoriam*), esposo, filho, que vibraram quando comecei. Acompanharam-me durante o caminho e que sempre me levantaram quando tropecei, dando estímulo e apoio para que levantasse e seguisse em frente.

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que junto ao Governo Federal, me deu esta oportunidade abrindo-me suas portas.

Agradeço aos meus amados professores, que antes de tudo, foram grandes amigos e parceiros nesta jornada.

Agradeço principalmente as professoras Beatriz Magdalena e Íris Tempel Costa, que dedicaram horas de seu tempo e sua experiência para que minha formação fosse um aprendizado também para a vida, pois me fizeram acreditar na minha capacidade em ousar, criar, ensinar, aprender e crescer.

Agradeço, finalmente, a minha professora Denise Cormelato, orientadora do estágio e do TCC, que com sua sabedoria me guiou nestes últimos semestres, acreditando em minha capacidade e conhecimento.

A vocês, encaminho todo o meu respeito e gratidão.

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade abordar e refletir sobre o contexto da Educação de Jovens e Adultos no Brasil - EJA e, na comunidade em que trabalho. Procurei levar em consideração os elementos históricos, organizacionais, políticos educacionais e práticas pedagógicas, bem como as condições de formação e informação dos profissionais que atuam junto a ela. Ao se conhecer a modalidade de ensino, a clientela atendida por ela, sua organização curricular e a proposta metodológica, é possível a busca pela qualificação da prática pedagógica. Destaco o processo de ensino-aprendizagem como forma de garantir a permanência destes alunos na escola, também seu desenvolvimento e crescimento como pessoas, capazes de pensar, agir e entender os conhecimentos como ferramentas de cidadania. A maior parte destes alunos é oriunda da escola regular e tiveram dificuldades em concluir o estudo na idade própria por inúmeros contratempos, como: necessidade de trabalhar para ajudar em casa com seus proventos, cuidar de irmãos mais novos, abandono por múltiplas repetências, não ver importância da escola em sua vida, entre outros. Há também aqueles que não tiveram a oportunidade efetiva de frequentar a escola quando crianças, por vários motivos. Para muitos a questão da sobrevivência se sobrepôs à escolaridade. No aprofundamento do objeto de pesquisa, além do estudo bibliográfico, fiz uso de dados acerca da EJA coletados durante o estágio, sobre os alunos, professores e da escola. Alguns aspectos qualitativos analisados foram propostos como temáticas relevantes para os alunos da totalidade, entre eles a qualificação para o trabalho e o resgate da identidade enquanto sujeito de direitos. Sobre o corpo docente da escola, observou-se que todas as professoras trabalham 60h, fazendo na EJA o seu terceiro turno. Apontam-se, ao final do estudo, a necessidade de conhecer essa realidade tão singular da EJA, seus sujeitos, seus contextos, a fim de que se desenvolvam práticas pedagógicas realmente educativas, que se utilizam do desafio, do questionamento, da análise crítica, da instigação, da investigação e da mediação como elementos básicos. Deste modo, a EJA pode contribuir com seus educando, ajudando-os a compreender seu cotidiano e fortalecendo-os enquanto agentes de sua própria cidadania.

Palavras – chave: Educação de jovens e adultos. Políticas Educacionais. História da EJA. Processos escolares da EJA

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
SEJA	Serviço de Educação de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EGMG	Escola Gentil Machado de Godoy
GEEMPA	Grupo de Estudos sobre Educação Metodologia de Pesquisa e Ação
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
COEJA	Coordenadoria da EJA
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação e Cultura
PPP	Projeto Político Pedagógico
EAD	Formação de Professores através do Ensino à Distância
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CARACTERIZAÇÃO DA EJA	11
2.1 Histórico da EJA no Brasil	11
2.2 Políticas Públicas para EJA	14
3 PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EJA:	19
3.1 Perfil do professor da EJA:.....	19
3.2 Quem é o aluno da EJA ?	22
3.3 Sucesso e fracasso na aprendizagem de jovens e adultos:	26
3.3.1 Currículo:	28
3.3.2 Metodologia e Avaliação	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Quando iniciei minha carreira como professora, sempre pensei que a escola servia apenas como um espaço onde uns ensinavam e outros aprendiam, nesse caso, eu ensinaria e os alunos aprenderiam. Grave engano o meu. Com o passar dos anos pude perceber que estava na escola para trocar com meus alunos. Uma troca que me fez crescer enquanto pessoa e profissional.

Quando ingressei no Estado, em 1989, como professora concursada, tive a honra de conhecer uma professora que me mostrou uma nova forma de trabalho e de aprendizagem. Com ela, fui conhecer a tão falada *Proposta Construtivista* e, durante quatro anos, fiz as Vanguardas Pedagógicas no GEEMPA¹, sob a coordenação da Esther Pillar Grossi, pessoa que aprendi a admirar, questionar e muitas vezes duvidar de suas ideias.

Com o passar do tempo, especificamente em 1996, já professora do Município de Alvorada, há muito tempo, a Administração Popular pode governar Alvorada e, com ela uma nova visão do processo educacional foi levada em consideração pela secretaria Municipal de Educação. Com essa nova possibilidade, os educadores do município que demonstraram interesse em Educação de Jovens e Adultos, tiveram a oportunidade de conhecer o que era a proposta de Educação Libertadora.

Muitas vezes representantes da Secretaria da Educação e educadores reuniram-se para aprofundar estudos referentes à proposta construtivista. Os encontros eram regados de muito embasamento teórico, dentre eles, Freire, Piaget, Vygotsky, etc.

¹ Grupo de Estudos sobre Educação Metodologia de Pesquisa e Ação

Levando em consideração a Pesquisa Participante², que servia como base para nós professores elaborarmos o planejamento específico, cada um em sua área, no meu caso currículo por atividades, tive sempre o cuidado de fazer a interligação e relação com os conteúdos estabelecidos a partir dela. Com esses conteúdos, organizamos os conceitos voltados para a realidade de nossa comunidade escolar.

Em 1999, a SMED³ programou o SEJA - Serviço de Educação de Jovens e Adultos. Na Escola E.M.E.F.GMG⁴, tivemos o privilégio de implantarmos o Serviço, conforme lei específica para essa modalidade de ensino. Sem esquecer que, muito antes, já havíamos começado nossos estudos e nossa pesquisa para podermos levar adiante nosso objetivo, que era trabalhar com os alunos do SEJA, bem como com os que estão inseridos na escola regular. Sempre levamos em consideração a posição de nossos alunos, com a proposta de transformar a realidade da comunidade através dos trabalhos realizados e desenvolvidos com os mesmos, tornando-os cidadãos críticos e responsáveis por suas atitudes, atos e decisões.

Com a teoria, veio a situação da prática, na qual observamos que nossos alunos não tiveram acesso ou não conseguiram concluir a escolarização básica em tempo regular. Muitas vezes por falta do desejo mesmo de continuar na escola. Em outras pela necessidade de trabalhar, priorizando a sobrevivência em detrimento do estudo.

Com certeza, todos esses anos atuando no SEJA, pude muitas vezes rever minha posição enquanto educadora de jovens e adultos. Entretanto, a maior mudança aconteceu com meu ingresso no curso Pedagogia da UFRGS, quando, pude aprofundar minha visão sobre o processo educacional e sobre a prática pedagógica. Sem dúvida, isso foi mais acentuado durante o estágio supervisionado na escola onde atuo.

² A pesquisa Participante, além de envolver no seu processo de investigação a ação dos sujeitos (a realização concomitante da investigação e da ação), também pressupõe um processo de educação (com objetivo de mudança ou transformação social) e organização (participação conjunta de pesquisadores e pesquisados) , a partir de uma proposta político-pedagógica (SMED, 2004)

³ Secretaria Municipal e Educação de Alvorada

⁴ Escola Municipal de Ensino fundamental Capitão Gentil Machado de Godoy

Com a turma pude perceber muitas mudanças minhas, tanto no campo profissional quanto pessoal. Pude rever alguns critérios que tinha como possíveis para a prática do ensino/aprendizagem como, por exemplo, o exercício de repensar novas formas de aproximação e de perspectivas de aprendizagens dos alunos. Precisei muito do auxílio da orientação do estágio, como da equipe diretiva da escola e de meus colegas. Muitos conflitos surgiram, pois pensei muitas vezes que não seria capaz de causar a mudança necessária no pensamento e nas atitudes de meus alunos. Medos que eles não me entendessem enquanto mediadora de seus conflitos e conhecimentos. Muitas vezes precisei parar para pensar e rever minha prática pedagógica. Muita coisa foi “mexida” dentro de mim. Com isso, constatei que é possível mudar a realidade dos alunos, motivando-os a construir sua própria caminhada.

Por esses motivos procurei um maior aprofundamento no campo do construtivismo piagetiano. Segundo essa proposta, o processo de ensino aprendizagem é focado em alguns processos como assimilação, acomodação, tomada de consciência, abstração, construção e equilíbrio. Relevante a isso, a análise realizada por mim, me levaram a elencar, por exemplo, a importância formação continuada do professor com bases teóricas para explicarem o trabalho docente. Elas autorizam as decisões pedagógicas do professor, determinam sua prática, abrem e fecham suas possibilidades de trabalho em sala de aula, limitam ou enriquecem suas ações e/ou favorecem a reflexão. Busco responder a essas questões no desenvolvimento deste estudo. Nele, apresento um breve histórico da EJA no Brasil, as políticas públicas existentes, a informação e formação dos profissionais, a sua organização curricular e proposta pedagógica. Levo em consideração para este estudo os trabalhos realizados durante meu período de estágio, além dos estudos teóricos citados acima.

2 CARACTERIZAÇÃO DA EJA

Retomo brevemente a história da EJA no Brasil com o objetivo de situar os avanços e as mazelas históricas da área.

2.1 Histórico da EJA no Brasil

A história da EJA no Brasil, segundo as estudiosas Scheibel e Lehenbauer (2006), teve seu início durante o período colonial, pois os jesuítas ensinavam e transmitiam princípios religiosos aos indígenas, jovens adultos e, mais tarde aos escravos. A primeira Constituição, de 1824, já garantia a instrução a todos, desde o primário. No entanto, ficou apenas como uma intenção. A Constituição de 1891 descentralizou o ensino público, passando a sua responsabilidade para as mãos das Províncias e dos Municípios, sendo ali retirado o direito ao voto dos analfabetos, sendo, nesse período, os assuntos educacionais tratados pelo então chamado Ministério da Instrução Pública.

Em 1930, um movimento liderado por Getúlio Vargas, ao assumir o poder, promoveu a modernização econômica do país. Para ter a garantia de manter seu poder, criou dois ministérios novos, sendo eles o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde, o qual dava uma impressão mais profunda sobre de interesse pelos problemas educacionais do país. Com uma posição de maior preocupação por parte dos governos com os problemas enfrentados pela educação no país, veio a introdução do pensamento "escola pública para todos, ensino laico e gratuito", através do primeiro Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, que fazia parte do grupo de educadores do Movimento da Escola Nova.

De acordo com o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (2000), mesmo que o ensino primário integral gratuito tenha sido, desde a primeira lei brasileira, um direito de todos,, a efetiva preocupação com a EJA só

ocorreu na década de 40, período em que o Estado tomou medidas efetivas e concretas para possibilitar a inclusão de alunos não escolarizados na rede pública e ensino.

Em 1937, foi elaborada uma nova Constituição, imposta ao país, com a intenção de oferecer aos pobres a escola profissionalizante, enquanto oferecia a escola acadêmica à classe média e à elite.

Assim, a Constituição de 1937 foi elaborada sem levar em consideração a situação da pobreza e analfabetismo da maioria da população brasileira e, voltada a uma orientação político educacional capitalista: preparação de novas profissões exigidas pelo mercado. (SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p.84),

Em 1942, foi criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), com o intuito de atender esta demanda do pensamento capitalista.

Após a divulgação internacional do índice de analfabetismo existente no Brasil, em 1945, foi tomada a decisão de criar o Fundo Nacional do Ensino Primário, que também destinava recursos ao Ensino Supletivo de Jovens e Adultos (CEE, 2000). E, em 1947, foi lançada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), destinada principalmente ao meio rural.

Em 1958, no Rio de Janeiro, foi realizado o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, o qual priorizou a qualidade nas práticas pedagógicas desenvolvidas na formação e educação do cidadão. Cabe aqui, um destaque especial à influência de Paulo Freire. No Congresso, propôs práticas alternativas na educação de jovens e adultos, uma vez que a leitura do mundo deveria preceder a leitura da palavra e o educando vinha de uma realidade a qual poderia ser transformada por ele. Freire propunha que a educação partisse de um exame crítico da realidade, da origem dos problemas, e assim poderia colaborar para solucioná-los.

Muitas das experiências realizadas na alfabetização de jovens e adultos desapareceram com o golpe de 1964. Entretanto, segundo Oliveira e Paiva (2004, pág.) "durante certo tempo, perduraram ainda muitos pequenos núcleos de alfabetização usando o sistema Paulo Freire, o qual estabeleceu decisivamente a alfabetização como primeiro passo de ampla educação de adultos".

Paralelo às práticas de alfabetização desenvolvidas como forma de resistência, em 1968 o Governo Federal criou o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) com o propósito de fazer com que a grande parte analfabeta da população brasileira aprendesse a ler e escrever. Este propunha uma alfabetização funcional, criava técnicas para a aquisição de técnicas de leitura, escrita e de cálculos. Em 1971, foi instituído o Ensino Supletivo, pelo Governo Federal, que tinha a finalidade de suprir a escolarização correspondente a todo o ensino básico, tendo sua regulamentação na Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 5692/71. Mais tarde, a LDB de 1996 constitui a EJA como uma modalidade própria de ensino. Nessa, a educação para o público jovem e adulto não é apenas uma continuidade da escolarização, mas representa a ruptura. O supletivo aparece como apenas uma das formas da EJA ser oferecida.

Um avanço para esta área se deu na Constituição de 1988, considerando a educação como um direito de todos, inclusive àqueles que “não tem idade própria”. Também o voto do analfabeto foi uma conquista desta Constituição e que interessa a área, já que muitos cursinhos anteriores visavam apenas o recebimento de votos.

Embora a EJA no decorrer dos anos tenha sofrido avanços significativos, poucas foram às políticas favoráveis na década de 90. De acordo com o Conselho Estadual de Educação (2000), a EJA sofreu grandes prejuízos, principalmente, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, pois ali foi proposta a Emenda Constitucional nº 233, transformada em Projeto de Lei nº 92/96 que, posteriormente, alterou o artigo 208 da Constituição Federal, mantendo a gratuidade, mas tirando a obrigatoriedade do Poder Público da oferta. Também neste governo foi criado o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que não incluiu a EJA no recebimento de recursos desse fundo.

A LDB de 1996, no Título III, artigos 4º e 5º, deu a EJA a caracterização de Modalidade de Ensino. Em seu Título V, a LDB, faz referência aos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino, relativo à Educação de Jovens e Adultos, e também dá classificação à EJA como uma modalidade de Educação Básica, passando assim, a ter características próprias.

Também como legislação para a regulamentação da EJA foi importante a aprovação no Conselho Nacional de Educação do Parecer CEB nº 11/2000, referente às Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Esse afirma que: desde que a Educação de Jovens e Adultos passou a fazer parte constitutiva da LDB, tornou-se modalidade da Educação Básica e é reconhecida como direito público subjetivo na etapa do ensino fundamental. Logo, ela é regular enquanto modalidade de exercício da função reparadora. Portanto, ao assinalar tanto os cursos quanto os exames supletivos, a lei os tem como compreendidos dentro dos novos referenciais legais e da concepção da EJA aí posta.

O Parecer CEB nº 11/2000, salienta que além das instituições formadoras garantirem a oferta, devem, ainda, proporcionar aos educadores, adequada qualificação projetada aos interesses de projeto pedagógico condizente ao perfil de alunos da EJA. Também é salientado pelo Parecer a autonomia de estados e municípios na normatização própria e diferenciada desta modalidade de ensino, sempre buscando observar os princípios constitucionais e da LDB em relação as suas atribuições e competências. Ainda, dá especial atenção às políticas públicas como garantia dos direitos de acesso e permanência do público jovem e adulto à um ensino de qualidade estabelecidos na própria lei.

2.2 Políticas Públicas para EJA

As políticas públicas fazem parte de um modelo de ações pensado por governos e incluem propostas que podem beneficiar a população em geral, como transporte, saúde, trabalho, assistência social e educação, dentre outros benefícios, com o intuito de facilitar e melhorar a vida do cidadão.

Portanto, como já foi mencionado anteriormente, ao longo da história da EJA, o enfoque das políticas públicas era acabar com o analfabetismo no Brasil, como nas campanhas de alfabetização promovidas por vários governos, muitas vezes promovidas com outros setores da sociedade. Foram inúmeras ações desta natureza ao longo dos anos e que ainda persistem, embora não tenham sido suficientemente satisfatórias, pois o número de analfabetos absolutos se mantém inalterado nas últimas décadas. Neste sentido, além da

sociedade, o interesse do poder público em reduzir estes números teria que provocar os governos a oferecer a infraestrutura necessária, bem como a capacitação de profissionais para atuarem na área. Junto às políticas públicas, o poder público deveria pensar na questão do transporte para estes alunos, pois muitos sequer têm condições de pagar passagem para irem a escola. Enfim, precisa haver interesse e colaboração de toda a sociedade para por em prática políticas que abranjam a todas as modalidades de ensino, dentre elas a EJA. Parece-me que o grande problema é que o governo que assume o poder privilegia os projetos e programas de seu governo (aqueles temporários, como Brasil Alfabetizado) e não políticas de Estado que programam ações permanentes, dentro do sistema educacional.

A Constituição Federal de 1988 impõe como princípio que toda e qualquer educação visa o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (CF, art.205). O art. 2º da LDB retoma este princípio na EJA. Garantia dada no art. 208, da Constituição Federal que obriga o Estado a ofertar o Ensino Fundamental para esta clientela específica. Conforme descrito na LDB (1996, p. 42), a seção V define a EJA como modalidade de ensino da Educação Básica, nas suas etapas fundamental e médio. Mesmo assim, o ensino supletivo pode ainda ser ofertado na forma de cursos e exames, como uma alternativa àqueles que buscam a certificação da escolarização, na forma explicitada da Lei:

Art. 38º. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Aproveito a citação feita anteriormente do artigo, para salientar que a Constituição Federal de 1988 foi de extrema importância ao garantir a Educação Básica como um direito de todo o cidadão brasileiro. No entanto,

esta garantia legal veio mesmo a partir da LDB, que regulamenta a educação no Brasil, pois coloca a EJA como modalidade de Educação Básica regular, podendo assim, ser considerado um avanço histórico no que diz respeito ao processo educacional do nosso país.

Segundo o Parecer CEB nº 11/2000, atualmente, a Coordenadoria da EJA (COEJA) é parte integrante do conjunto das políticas públicas do Ensino Fundamental, tendo como objetivos estabelecer e fortalecer parcerias e convênios com estados e municípios, uma vez que a Lei nº 9.394/96 garante o direito ao Ensino Fundamental com metodologias e currículos adequados. O espírito da Lei é consolidar uma política de estado permanente com a oferta regular da EJA, conforme o item VII do Art. 4º da LDB de 1996:

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

Essa ideia também é reforçada no Parecer do CEE nº 774/99 (2000) quando afirma, que:

A educação de jovens e adultos – nos níveis fundamental e médio -, tendo em vista o espírito da nova Lei, deve superar a idéia de supletividade contida anteriormente na Lei 5692/71, reorganizando-se através do desencadeamento de propostas e programas que atendam aos interesses desta parcela da população, resgatando o conhecimento prévio dos educandos, fazendo-os participantes nos processos de investigação, na resolução de problemas, na construção do conhecimento, de forma a responder com pertinência e eficácia as necessidades da vida, trabalho e participação social.

No que se refere à EJA, é amplo o campo, pois pode a modalidade, ser promovida tanto pelo poder público como pela iniciativa privada, de forma presencial ou à distância, podendo ainda ser oferecido também por organizações da sociedade civil quanto por outras iniciativas.

Talvez por essas inúmeras possibilidades, mesmo que contrário ao espírito maior da Lei, desde 1997 é apoiado pela Presidência da República ações de alfabetização através do Conselho da Comunidade Solidária que, a partir de 1999, passou a ser considerada uma Organização Não Governamental. O Programa de Alfabetização Solidária é realizado em parceria

com o MEC e com a iniciativa privada, tendo sua principal atuação em municípios do Norte e Nordeste do país, onde estão localizados os maiores índices de analfabetismo.

Neste sentido, o poder público cria programas e projetos educacionais, muitas vezes pontuais, baseados na demanda do mercado de trabalho, que está exigindo cada vez maior escolarização do trabalhador.

Alguns municípios tomaram para si a adoção do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) que, é um programa de alfabetização, ou seja, um programa de governo, sem garantia de continuidade. Funciona a partir de convênios entre entidades assistenciais e prefeituras, sociedades e associações. As prefeituras custeiam as despesas de funcionamento das classes, dá bolsa-auxílio aos educadores e proporciona aos mesmos, formações pedagógicas permanentes. As entidades se responsabilizam pelo local das aulas e por indicar os educadores.

No Rio Grande do Sul, a parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o Projeto Alfabetiza Rio Grande uniu-se outras iniciativas. Também é projeto de governo, não tem caráter permanente. Todos esses projetos se assemelham as antigas campanhas de alfabetização, nem sempre exigem formação na área e o educador tem vínculo temporário de trabalho.

O relatório do Projeto Alfabetiza Rio Grande (2007, p.20) afirma que:

O Projeto Alfabetiza Rio Grande passou a ser implementado mediante acordo de cooperação técnica entre o Governo Brasileiro, a UNESCO e o Estado do Rio Grande do Sul, assinado em dezembro de 2003. Seu objetivo geral: combater o analfabetismo no Estado, de jovens e adultos de 15 anos ou mais, do meio urbano ou rural, assegurando a continuidade de estudos a essa população e garantindo, por meio de ações estratégicas, a formação continuada de alfabetizadores e professores de educação de jovens e adultos (EJA).

Existem também outras iniciativas, que oferecem a escolarização de jovens e adultos como os Núcleos de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA), que são responsáveis por oferecerem exames supletivos fracionados em estabelecimentos de ensino que não se caracterizam como escola, mas como espaços educativos. Os NEEJAs Prisionais oportunizam a continuidade dos

estudos a presos e internos, tornando obrigatória a conclusão do Ensino Fundamental aos mesmos. E o Programa Nacional da Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foram implantados em escolas estaduais em parceria com Centros Federais e Escolas Técnicas.

Alguns discursos e práticas tem sido recorrentes na Educação de Jovens e Adultos, permeando grande parte das políticas públicas, como: escola pública e gratuita para todos; a disponibilidade de recursos materiais e didáticos necessários para a qualificação, a preocupação com redução da evasão e da repetência, e a procura em respeitar a realidade e valorizar o conhecimento prévio de cada educando.

De acordo com o MEC, a Educação de Jovens e Adultos conta também, a nível federal, com o ENCCEJA (Exame Nacional de Certificação de Competências em Educação de Jovens e Adultos), que tem como seu principal objetivo avaliar as habilidades e competências básicas de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de escolaridade na idade apropriada. Esta avaliação se dá através de provas que acontecem uma vez por ano, na qual o jovem ou adulto que alcança a média mínima exigida, obtém a certificação de conclusão do ensino fundamental ou médio.

Entre tantas políticas públicas, temporárias e permanentes, me volto para minha experiência na EJA, que implicam em outros aspectos a serem analisados no contexto desta modalidade de educação. Ou seja, que elementos estão envolvidos no processo de ensino aprendizagem e se mostram fundamentais para a qualificação do ensino na EJA?

3 PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EJA:

Nesse capítulo procuro estabelecer um levantamento sobre o perfil do aluno, perfil do professor, metodologia desenvolvida por eles, bem como a aceitação dos alunos para com a proposta desenvolvida.

3.1. Perfil do professor da EJA:

A EJA é caracterizada por e para atender alunos trabalhadores e das classes populares. Por sua singularidade, necessita de um corpo docente específico para este tipo de clientela.

Sabe-se que educar é muito mais do que reunir pessoas numa sala de aula e transmitir-lhes conhecimento. É função do educador, principalmente, do que trabalha com a Educação de Jovens e Adultos conhecer a realidade de seus alunos, buscando ajudá-los a enxergar as possibilidades de seu crescimento pessoal e profissional, segundo Lopes e Sousa (2006).

Discute-se que a qualidade de ensino está diretamente vinculada à preparação do professor, que deve estar capacitado para atuar na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Muitas instituições públicas e privadas têm demonstrado preocupação com a formação de seu corpo docente, pois os recentes estudos divulgados pela mídia através de artigos, propagandas, seminários sobre a função do educador na vida do aluno apontam para a premissa de que a relação entre professor e aluno é um dos fatores determinantes no processo de aquisição do conhecimento.

Sendo assim, o educador envolvido no trabalho da EJA deve ter condições de compreender a necessidade de respeitar a pluralidade cultural, as identidades, as questões que envolvem classe, raça, saber e linguagem dos

seus alunos, caso contrário, o ensino ficará limitado à imposição de um padrão, de um modelo pronto, conforme os autores citados anteriormente.

Portanto, educar jovens e adultos não é apenas transmitir conhecimento, mas oferecer-lhes oportunidades de uma escolarização ampla e de qualidade.

Nas últimas décadas a preocupação com a Educação de Jovens e Adultos e com a formação de professores fica mais evidente, conforme pronunciamento da UNESCO que está inserido no parecer 774/99 do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul:

(...) É necessário estabelecer políticas nacionais de formação de docentes nas quais se contemple uma formação geral e integral. Isso significa que a profissionalização do educador deve ser entendida na perspectiva das características para a formação específica que a educação de adultos deve assumir, isto é, uma totalidade que lhe permita compreender o contexto social, cultural, econômico e político em que o adulto e o jovem se desenvolvam, além dos elementos metodológicos epistemológicos necessários.

Ainda, o mesmo parecer salienta que esta é uma jornada a mais acrescentada na carga horária dos professores, pois muitos, para aumentar sua renda, procuram o ensino noturno. Deste modo, os professores trazem alguns pontos negativos para este terceiro turno de trabalho, pois já estão cansados da jornada do dia, não conseguindo atender as demandas e necessidades dos alunos jovens e adultos.

No entanto, o conceito de formação, mesmo com todas as dificuldades, tem se modificado nos últimos anos, transformando o significado do que seja preparar professores. Vê-se que tem aumentado a preocupação com o elemento *investigação*, tentando estimular o professor a mudar sua prática docente. Essa preocupação foi demonstrada no Município de Alvorada, onde atuou com o SEJA (EJA), quando a Administração Popular esteve à frente do governo municipal. Os professores eram estimulados a participar de reuniões de estudo, e nessa era investigado o perfil dos alunos, bem como suas necessidades de aprendizagem. Assim, o professor tornava-se o próprio instrumento de autotransformação.

As assessorias pedagógicas, juntamente com os professores, organizaram esses espaços para formação. Hoje, temos a garantia de termos

reuniões pedagógica semanalmente para podermos abordar as questões pedagógicas, promover momentos de reflexão sobre nossas práticas, debates, leituras, sugestões, oficinas. Podemos, assim, visar o processo ensino aprendizagem, bem como nos prepararmos de forma mais madura e eficaz para o atendimento dos alunos do SEJA. Mesmo com o passar dos anos, ainda existe esse sentimento de lealdade e consideração na escola onde trabalho, pois os educadores que atuam ali procuram, de uma certa forma, estar sempre em busca da melhor maneira de atender nossos alunos. Hoje temos na escola o seguinte quadro: dois professores com pós em EJA, três professores fazendo especialização na modalidade e um professor cursando mestrado com ênfase também nessa modalidade. Entre estes, tem outros que buscam a ajuda necessária junto aos colegas já com essa formação específica.

Observo que, em nível de governo federal, também tem surgido a preocupação com relação a formação de professores, pois tem investido na formação dos mesmos através de EAD (Formação de Professores através do Ensino à Distância). Aqui, o principal aliado é a tecnologia, pois serve como eficaz instrumento de aprendizagem para aperfeiçoamento e capacitação. Assim, coloco o meu caso como aluna do PEAD. Em nosso caso, a interdisciplina de Educação de Jovens e Adultos, está inclusa no curso, como forma de capacitação.

Enfim, acredito que o educador deva ser comprometido com o processo ensino aprendizagem. Isto significa conhecimento do Regimento Escolar, participação na construção do Projeto Político Pedagógico de sua escola e elaboração de um planejamento adequado as necessidades apresentadas pelo seu aluno, jovem e adulto. Deve sentir-se como parte importante nessa engrenagem, com uma postura capaz de tomar posição coletiva, para promover uma reformulação importante e, independente de ter ou não formação específica, tomar consciência de sua responsabilidade nesse processo, sempre procurando estar informado para enriquecer sua prática pedagógica.

Para tanto, necessita, principalmente conhecer o perfil do aluno que irá atender na EJA. Sendo assim, pretendo desenvolver esse aluno no próximo subtítulo.

3.2 Quem é o aluno da EJA ?

Marta Kohl de Oliveira (1999), descreve com propriedade sobre o perfil do aluno da EJA, quando coloca que em relação a este público não podemos simplesmente nos reportar a uma questão de idade, pois o aluno se caracteriza por diversos fatores: os alunos que são adultos e os que são jovens. Como exemplo, o aluno adulto é aquele que chega às grandes metrópoles provenientes de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar, ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola, trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas. Após experiência de trabalho rural na infância e na adolescência, esse sujeito busca a escola tardiamente para alfabetizar-se. Já o aluno jovem é também um excluído, porém incorporado aos cursos noturnos em fases mais adiantadas da escolaridade, com maiores chances, portanto, de concluir o ensino fundamental ou mesmo o ensino médio. Porém, são de outra identidade cultural, pois são oriundos de zonas urbanas, tem mais envolvimento com o mundo dos letrados e do trabalho. Portanto, cabe ao educador refletir em relação a estes dois tipos de alunos: a condição de não crianças, sua condição de excluídos, e a condição de pertencentes a grupos culturais diferenciados.

Conforme Palacios (1995, p.15), se cada período da vida é suscetível de se identificar com uma série de papéis, atividades e relações não cabem dúvidas de que a entrada no mundo do trabalho a formação de uma unidade familiar própria são identificadas como papéis, atividades e relações da maior importância a partir do final da adolescência. As formas como esses dois fenômenos ocorrem e as expectativas sociais em torno deles são claramente dependentes em relação a fatores históricos, culturais e sociais.

Destaco algumas características, principalmente os alunos com os quais realizei meu estágio. Procurarei aqui observar alguns dados tem certa importância no desenvolvimento deste capítulo, levando em consideração o relatório de estágio.

A turma com a qual realizei meu estágio contava com 33 alunos (13 mulheres e 20 homens). A faixa etária compõe-se de alunos entre 15 a 60 anos de idade. Tanto apresentava alunos trabalhadores como alunos jovens que não

trabalham. Através de conversas informais, pude perceber que a maioria dos alunos adultos eram trabalhadores da construção civil, domésticas e diaristas, aposentados. Dentre os alunos mais jovens, nenhum deles tinha algum trabalho realmente formal, ou seja, faziam “bicos” em tarefas de casa, cuidando dos irmãos, ajudavam seus tios ou avós com suas jornadas diárias, como jardineiros, e muitos, simplesmente ocupavam seu tempo com os amigos nas esquinas ou em casa buscando distração com jogos eletrônicos. Os alunos trabalhadores retornaram a escola justamente por melhores condições nas suas funções, pois muitas empresas exigem uma escolaridade maior de seus funcionários, outros retornaram a escola por serem pessoas que procuram amigos fora de suas casas, como é o caso de alguns mais idosos, e também há os que foram transferidos do dia para o turno da noite por estar fora da idade escolar para frequentar o dia e, eram considerados alunos “problemas” para o ensino regular. A turma de um modo geral mostrou-se participativa, com coerências nos diálogos e com opiniões formadas.

O nível sócio-econômico da turma é em geral baixo em relação aos alunos do dia. Na sua maioria são trabalhadores e/ou da classe trabalhadora (dependem do seu trabalho para viver), e tem o mínimo para sua sobrevivência e de sua família. Todos os alunos são moradores da região onde a escola está localizada e, grande parte dos que são empregados, deslocam-se diretamente do trabalho para a escola, sem irem as suas casas. Muitos chegavam à escola no horário do jantar, pois às vezes passam horas no ônibus, vindo direto do trabalho. Os alunos da T3 já estão conosco há bastante tempo, como é o caso da dona M.J e do V⁵, que freqüentam a escola desde 2000. Esses, no entanto, ingressaram na totalidade I para se alfabetizarem, e na realidade não fazem questão de avançar da totalidade III, fazendo desta turma, muitas vezes, sua única forma de lazer. Saliento esses dois casos, mas gostaria de fazer uma referência ao caso da Dona. M. J., uma idosa que já nos acompanha a pelo menos 5 anos nessa Totalidade. Seu sonho é poder fazer a carteira de motorista. No entanto, sabe-se que esse sonho é apenas uma desculpa para estar entre nós, pois na realidade ela nunca foi realmente procurar saber como

⁵ Omitirei os nomes para preservar a identidade dos mesmos.

poderia realizá-la. Outro dia conversamos e lhe perguntei a respeito. Ela disse que gostaria de esperar mais um pouco, até ter segurança de saber ler e interpretar bem. Também há o caso do V., que já foi nosso aluno por diversas vezes e apresenta sérios problemas neurológicos e emocionais. Esteve algum tempo afastado, mas sempre retorna, pois não aguenta a solidão.

Outras questões são colocadas para os casos de alunos que cumprem medidas sócias educativas. Estes, apesar de ser obrigada a frequentar a escola, sentem-se novamente incluídos ao estarem nela.

Enfim, esta turma é muito especial para todos nós aqui na escola, não só por serem alunos trabalhadores, mas por ter nela alunos que há muito tempo nos acompanham e não conseguem se “desvencilhar” de nós.

É necessário que nos preparemos para atender de forma eficaz e diferenciada este novo público, ou seja, os alunos mais jovens, que estamos recebendo. Conhecer a realidade na qual eles estão inseridos. Trabalhar como professor pesquisador, com o compromisso de buscar dados necessários, e, desta forma, conhecer as condições de vida do aluno, sejam estas objetivas - como salário, emprego, moradia, - ou subjetivas - como a história de cada um, como sentem e vivem suas lutas, organizações, conhecimentos, habilidades e cultura. Esse parece ser o caminho para qualificar a prática pedagógica, visando atender as necessidades dos sujeitos da EJA.

Foi o que procurei fazer durante o estágio, quando busquei propostas que fossem ao encontro das necessidades dos alunos. Fazendo uma análise geral do tempo em que estive em sala de aula, pode-se dizer que parte de meus objetivos como estagiária, professora e como pessoa, eu consegui alcançar. Alguns conflitos surgiram durante esse período. Muitas vezes precisei parar para reformular as aulas. O principal aspecto foi que pude rever muitas das minhas atitudes e atividades, bem como a forma de trabalho proposta. Até certo momento de meu estágio, não achei que fosse necessário parar para refazer as leituras que me foram apresentadas durante o meu tempo anterior de estudante do Curso. Isso foi o grande empecilho durante minhas primeiras semanas de estágio, pois não estabelecia relações entre o estudo e a experiência pedagógica que vivenciava.

Em uma de minhas reflexões, coloquei sobre algumas resistências por parte de alunos mais velhos. Pensando nisso e refazendo minhas leituras, me reportei ao texto lido, “jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem” de Marta Kohl de Oliveira, quando afirma: “(...) o aluno do EJA é aquele que voltou à escola, e pode ter passado bem pouco tempo dentro dela anteriormente, por isso, é o sujeito que apresenta maior dificuldade em realizar as tarefas propostas pela professora”.

Ainda em relação à aprendizagem dos mais velhos, Dóris Fiss, no texto “Encontros e Falas” da disciplina de EJA, reflete: "Com muita dificuldade, principalmente o idoso, mas com uma aprendizagem diferenciada, buscando sua realidade e respeitando seus limites, ele aprende. Depende de cada aluno [...]”.

Com as leituras refeitas das autoras citadas anteriormente, pude parar para refletir sobre a interação destes alunos na sala de aula, nas diferentes visões que os mesmos apresentavam, nas particularidades e dificuldades de cada um. E, com isso, procurei mudar minha forma de trabalho com os alunos atendidos.

Sendo assim, me reportando a interdisciplina Educação de Jovens e Adultos, tomei a decisão de rever minhas propostas, principalmente no que diz respeito aos adolescentes, pois se a ela serve para os mais idosos, certamente também serve para repensar a aprendizagem deste público mais jovem. Ali tive consciência do quanto estas reflexões eram importantes para que eu pudesse ver e rever minha prática dentro e fora da sala de aula, tanto como educadora, quanto como ser humano capaz de rever e aceitar minhas limitações e, principalmente, ter humildade suficiente de aceitar esta mudança como forma de aprendizagem.

Para ter sucesso na proposta de interagir e fazer com que os alunos tivessem essa interação entre si, busquei realizar atividades motivadoras. Algumas foram descritas em meu relatório de estágio, mas gostaria de dar especial destaque a atividade realizada na quinta semana de estágio. Quando trabalhamos a música *Vida de Operário (Banda pato Fu)* e a Tela de Tarsila do Amaral intitulada *Operários*, sobre os quais os alunos fizeram uma reflexão do operário como gerador de riquezas para o país. Realizaram uma reflexão

profunda. Analisaram a escravidão do povo brasileiro, desde o seu descobrimento até os dias de hoje, não só na questão do trabalho escravo, mas também em relação aos grupos de pessoas que ainda são escravizadas enquanto trabalhadoras.

Consegui entender, com essa interação em situação prática, o que vinha a ser *Empowerment* Político. Ou seja, observei que determinados projetos de trabalho podem gerar o empoderamento do sujeito educando e do grupo, se baseados no exercício da tomada de decisão, da autonomia e da participação.

A ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mais abrangentes. Possibilita tanto a aquisição da emancipação individual, quanto à consciência coletiva necessária para a superação da “dependência social e dominação política”. Esta noção remete a diferentes perspectivas de análise das Ciências Sociais. Como ideia-chave perpassa o centro do debate atual sobre as possibilidades e limites do desenvolvimento sustentável

3.3 Sucesso e fracasso na aprendizagem de jovens e adultos:

Neste capítulo faço uma abordagem em cima dos fatos que levam os alunos a terem desempenhos diferentes durante sua formação, tanto de sucesso quanto de fracasso. Esses desempenhos dependem, em grande parte, da relação do educador com o educando.

Em primeiro lugar, para haver uma aproximação de seu aluno, o professor não deve colocar-se na posição de detentor do saber, mas sim, no lugar de alguém que pode e está disposto a construir experiências e, portanto, conhecimento junto aos seus alunos.

Essa postura cria situações favoráveis para que o educando se aproxime e estabeleça um vínculo, uma parceria através da qual ambos tem os mesmos objetivos: o desenvolvimento, o crescimento tanto intelectual quanto emocional e ético.

Essas relações são baseadas no companheirismo, na empatia e, principalmente, na confiança construída por laços afetivos. Atitudes e demonstrações de afeto são capazes de curar dores, promover ações, interferir em padrões de comportamento.

Além da relação, educador - educando, muitos são os fatores que fazem parte do fracasso e do sucesso escolar, tais como: o histórico de aprovação/reprovação; o currículo, a avaliação e a metodologia da escola; a situação social e econômica; as diferenças culturais; dificuldades de aprendizagem ocasionadas por problemas de saúde ou de ordem familiar; fatores psicológicos e neurológicos, dentre outros. Precisamos ter presente em nossos pensamentos que os fatores de aprovação e reprovação são resultados do processo de ensino e aprendizagem, porém como um fator que repercute na autoestima, tanto para um quanto para o outro.

Devemos ter claro em nossas reflexões sobre o valor da escola na vida desse aluno jovem e adulto, sobre nosso entendimento como educador da importância da escola na vida dele. Que educando queremos formar? Precisamos ter isso bem claro, para que possamos buscar propostas de currículo, de metodologias e de formas de avaliação que sejam coerentes com nossos objetivos.

Entendo que o currículo em uma perspectiva crítica e popular deva ser construído de forma coletiva, levando em consideração os aspectos histórico, econômico e social da comunidade em que nosso aluno está inserido, procurando mediar saberes escolares com saberes vivido, sempre promovendo a formação do senso crítico e, propondo atividades direcionadas a isto.

Conforme Freire (1921), afirma que a alfabetização e/ou projeto político emancipador se torna eficiente a partir da participação livre e crítica dos educandos. É essencial na alfabetização uma relação dialética dos seres humanos com o mundo e da linguagem com a ação transformadora. Neste caso a alfabetização não é apenas uma habilidade técnica, mas um fundamento para a ação cultural, a liberdade, é através da alfabetização que homens e mulheres afirmam seu direito e sua responsabilidade não apenas de ler, compreender e transformar suas experiências pessoais, mas também de reconstituir sua relação com a sociedade mais ampla, tornando as pessoas

autocríticas a respeito da natureza historicamente construída de sua própria experiência.

3.3.1 Currículo:

Conforme documento **Caderno Pedagógico**⁶: A leitura do mundo em debate. Alvorada: 2003, fornecido pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de Alvorada (SMED)⁷ o Serviço de Educação de jovens e Adultos (SEJA) foi instituído com o objetivo de garantir a educação de qualidade, que esteja comprometida com a transformação da realidade em que o educando está inserido. Busca trabalhar com a educação que rompa com a exclusão, através de uma construção crítica, dialógica, entendendo-se a humanidade, agindo sobre o mundo em relações sociais e transformando essas ações para a criação de uma sociedade mais justa e democrática.

Esse serviço deve oportunizar a apropriação dos espaços culturais da cidade de Alvorada; desenvolver a autonomia e o senso de responsabilidade para atuar dentro da comunidade; reordenar o tempo e espaço escolar, respeitando o ritmo, os tempos de aprendizagem e as diversidades socioculturais; superar a fragmentação do currículo, através da construção do conhecimento de forma interdisciplinar e diferentes metodologias que considerem sujeitos de suas histórias e vivências e oportunizar situações para que os educandos possam construir conhecimentos através do confronto de hipóteses, resolvendo problemas num processo ativo de interação sujeito – objeto - sujeito.

A estrutura curricular do SEJA está organizada da seguinte forma:

O currículo de Totalidades Iniciais: Totalidades 1, 2, e 3 são desenvolvidas abrangendo as áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Estudos Sociais, Ciências, Matemática, Educação Física e Arte e Educação, de forma globalizada. As atividades são ministradas por um professor;

O trabalho curricular está voltado para a construção de conceitos que perpassam as relações do Homem com a Natureza e dos Homens entre si. Os

⁶ **Caderno Pedagógico:** A leitura do mundo em debate. Alvorada: 2003.

⁷ SMED – Secretaria Municipal de Educação da cidade de Alvorada.

conteúdos específicos de cada área são definidos, tendo em vista o trabalho de construção dos diversos conceitos.

O professor deve buscar melhores formas e maneiras de atender seus alunos, com o intuito de que suas propostas despertem os interesses do público de jovens e adultos. Criando um currículo que seja de seu interesse, procurando despertar nele, principalmente o entusiasmo e participação. Portanto, deve haver uma aceitação por parte do educador em comprometer-se com este processo, procurando ter a sensibilidade suficiente de entender e compreender que a construção do conhecimento se dá de forma permanente e contínua, não no tempo esperado por nós, como escola, mas no tempo preciso e necessário por parte do aluno.

Werneck (2007, p.220) salienta ainda que:

O currículo atrasado e defasado da realidade desanima os alunos e não os motiva a estudar. O programa muito velho não cria ambiente favorável ao interesse pelo aprendizado, mas deve ser seguido, seja pela falta de criatividade, seja pela pouca ousadia em ver se aquele conjunto de conceitos não está fora da realidade histórica. A nota é necessidade para se manter a disciplina, obrigar a estudar toda a parafernália sem sentido e poderosa arma para favorecer ou impedir as pessoas de subirem na vida.

Os currículos devem de certa forma, estar voltados para a realidade do educando. Portanto, caracterizados por realidades e atualidades, ao invés de levar o educando a estudar assuntos que sejam distantes de sua realidade. Se levarmos isso em consideração, que buscamos o progresso social e pessoal de cada aluno, os conteúdos curriculares, com certeza, seriam mais adequados à realidade de cada aluno, tornando-os mais capazes e mais satisfeitos. No entanto isso só será possível se o professor tiver consciência, participando ativamente como mediador e tendo clareza de seus objetivos, estando ele comprometido com o conjunto da escola, priorizando a coletividade para que possa alcançar o individual.

Ressalto que o professor de uma maneira geral, ainda tem a concepção de que o currículo está apenas relacionado ao conteúdo. No entanto, o mesmo envolve tudo: planejamento, conceitos, avaliação e metodologia.

Foi o que de certa forma, entendi durante o estágio, conforme relato descrito em meu relatório.

Em determinado momento percebi estar com uma visão completamente diferente da que tinha ao iniciar meu estágio, mesmo tendo estudado sobre isso durante todo o processo de formação. Devo isso às leituras feitas com maior consideração e com outros olhos, pois me abriram possibilidades de mudar minha postura e visão, tanto profissional quanto pessoal, visivelmente. Tanto que me refiro a isso, a cegueira, com a leitura feita na bibliografia complementar, escrita por Denise Comerlato. Ali, percebi que fazia parte do mesmo universo de “cegos”. Percebi que a concepção de conhecimento é diferente da concepção de currículo.

Portanto, levei em consideração, os conteúdos dos programas de escolarização, a prioridade da abordagem de conhecimentos relacionados à vida social e à compreensão dos elementos que intervêm na vida cotidiana desses alunos, como um meio para sua autonomia. Isso só acontece quando é considerada a cultura da oralidade, buscando estabelecer relação com o currículo. Entrar de fato na questão cultural dos alunos.

Para tanto, busquei informações para desenvolver de forma mais objetiva o que diz respeito a metodologia e a avaliação realizada no SEJA.

3.3.2 Metodologia e Avaliação

Considero que seja de suma importância a observação e o registro de tudo que possa auxiliar para um planejamento significativo, que envolva a realidade de nossos alunos. Pensando nisso e levando em consideração todas as dificuldades e crises que tive durante meu estágio, tentei de forma muito prática mudar a forma de trabalho com meus educandos. Procurei realizar um planejamento que fosse de encontro ao que eles tinham como necessidade. Muitas foram minhas reflexões, para que pudesse rever alguma postura como professora.

Com o passar dos dias percebi a necessidade do observar e registrar tudo o que via. Fiz registros que foram muito significativos para ampliar e melhorar meu planejamento. Usei o registro como forma de organização tanto minha quanto dos trabalhos dos alunos. Esses registros foram realizados, principalmente, em minhas reflexões sobre as aulas dadas no estágio. Bem feitos e bem pautados, com o intuito de poder reformular minha prática na sala

de aula, os registros foram de grande importância para alcançar, de uma maneira mais eficaz, o aprendizado dos alunos. Por fim, o registro tornou-se a mais avançada e melhor ferramenta que encontrei para referenciar todo o meu processo de aprendizagem. Digo, meu, porque eu aprendi mais agora, durante o estágio, do que durante muito tempo como professora. Procurei usar os registros como forma de ampliar e modificar meu pensamento, portanto, mudar meus propósitos na forma de me comunicar, de documentar, de refletir, de organizar, de rever e aprofundar meus pensamentos. Pude traçar novos caminhos a seguir e planejar mudanças que deveria realizar. Através dos registros tive uma visão maior dos objetivos que pretendia alcançar, os caminhos a seguir, as mudanças a fazer, bem como as escolhas e decisões capazes de facilitar as aprendizagens dos alunos.

Assim, pude perceber formas de intervenção e de dinâmicas que pudessem ser vividas e aceitas por eles.

O planejamento, num sentido amplo, precisa ser estabelecido a partir de um levantamento conceitual, a fim de que estabelecer fins e meios que apontem para a resolução, de modo de atingir objetivos previstos anteriormente. Para o planejamento, deve-se levar em consideração as condições do presente, as experiências do passado a perspectiva de futuro e os diferentes aspectos da realidade.

Esta concepção de planejamento envolve também o processo avaliativo, ou seja, também este deve ser dinâmico, atual e permanente. Faço aqui referência a atividade que realizei com os alunos, chamada "Trilha". Nesta atividade, precisaram montar uma trilha diária de sua rotina, de acordo com a realidade do grupo que estavam inseridos. Os grupos foram montados em cima da realidade de cada aluno, de acordo com sua faixa etária e conforme sua atividade funcional. Essa atividade proporcionou aos alunos terem uma melhor assimilação de conteúdo envolvido nela, no caso, os verbos. No entanto, dou maior atenção ao processo percorrido por eles ao realizarem a mesma. Precisaram rever suas atividades profissionais, de trabalho, e/ou diárias, pensar no desenvolvimento dessas durante o dia e suas trajetórias. Após, a turma fez a avaliação da mesma, bem como a análise da intenção de atividade desse tipo.

Destaco que todas as atividades realizadas durante o período de estágio foram discutidas e planejadas, de certa forma, coletivamente, envolvendo professora e alunos. Esses registros foram feitos dentro das reflexões realizadas durante o período e no relatório de estágio. Portanto, houve uma especial atenção aos interesses e necessidades de cada grupo, sua realidade, suas características e formas de ver essas realidades.

Com o término do estágio e após muitas reflexões realizadas, pude entender que o processo de elaboração de um planejamento deve ser organizado juntamente com a observação e análise dos grupos de alunos a serem atendidos, suas características, seus limites, suas histórias de vida, suas facilidades e dificuldades. A partir dessa compreensão, pude estabelecer objetivos claros e eficientes, capazes de envolver os alunos, pois este processo foi tão importante para eles quanto para mim. Não esquecendo que os conteúdos válidos são os que ajudam o aluno a responder suas necessidades, fazendo-os entender, questionar, participar, e determinar o que melhor lhes provem para sua vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo me permitiu a identificação de aspectos históricos, de políticas educacionais, de organização curricular e metodológica da EJA. Também possibilitou entender suas especificidades, ao fazer uma análise de seu emprego na modalidade direcionada à educação de jovens e adultos fundada em minha experiência de estágio.

A EJA deve ser entendida como uma forma de inserção dos sujeitos na sociedade, o acesso a um dos direitos básicos fundamentais: o direito à educação. Capaz de mudar sua forma de vida, bem como a de seus dependentes, é também uma qualificação para o mundo do trabalho, a principal forma de acesso ao conhecimento sistematizado, e meio de ter acesso a outros direitos, através da informação e do empoderamento pessoal e coletivo. Um ensino de qualidade na EJA torna-se fundamental para que a sociedade possa efetivamente cumprir com a sua parte nesse processo de inclusão social.

Portanto, a EJA deve ser vista como uma importante forma de avanço nos estudos, direcionada àqueles que não tiveram a oportunidade em idade própria. Ela é a possibilidade de sujeitos oriundos das camadas populares ampliarem seus conhecimentos, suas práticas, suas capacidades, e de se desenvolverem como cidadãos críticos e responsáveis.

Este processo me permitiu entender que a formação de qualidade do professor, depende de políticas públicas que garantam o aperfeiçoamento e capacitação do profissional, além da busca pessoal de cada um. Também a faz-se necessária a sua valorização enquanto profissional advindas de

melhorias salariais, condições de trabalho adequadas e estímulo para a formação permanente.

Portanto, para haver um processo educacional realmente comprometido com a qualificação desses alunos, o professor, bem como o poder público, deve estar comprometido com o atendimento dessa modalidade. Foi o que aconteceu durante a minha prática: as mudanças na forma de trabalhar e administrar os conteúdos tiveram que ser recriados ao que ia de encontro aos anseios de meus alunos. Portanto, deve-se ter como proposta uma metodologia que seja atraente. Uma proposta voltada para atender o perfil de alunos jovens e adultos .

O professor deve estar sempre se atualizando e buscando formas de melhor atender a este público em específico. É necessário muito estudo, discussão e formação continuada para que esse processo seja realmente educativo e com toda a qualidade, para que ele atue realmente como o grande interventor das aprendizagens dos alunos.

Na realidade, é necessário que o poder público, os professores, os alunos e a comunidade em geral tenham plena consciência da importância da EJA na formação de um ser humano mais crítico, mais capaz, mais sonhador e melhor preparado para enfrentar a vida.

Portanto, o educador deve sempre ter presente o respeito e a postura capazes de entender e aceitar o conhecimento trazido por seu aluno, para que a aprendizagem venha a se tornar mais significativa e prazerosa, tanto para o professor quanto para o aluno.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Raimundo Helvécio Almeida. **A Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional ontem e hoje: quais as perspectivas?** Porto Alegre: UFRGS, 2009. 8 p.

BRASIL, Ministério da Educação. **ENCCEJA**. Disponível em: <<http://encceja.inep.gov.br>>. Acesso em 18/10/2010.

CERVO, Amado Luiz; **BERVIAN**, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Prentice, 2002.

COMERLATO, Denise Maria -**Escrita, representações gráficas e cognição** – 2005

COMERLATO, Denise Maria. **Escrita, representações e cognição**. **Educação e Realidade**, 29 (2), 1143-161, jul./dez. 2004.

COMERLATO, Denise Maria. **FACED/UFRGS - Dimensões teórico-metodológicas na prática educativa com adultos trabalhadores**. Revista do programa de ensino fundamental para jovens e adultos trabalhadores. p. 125. nº 0. Ano 1. 1998

FISS, Dóris Maria Luzzardi. **Alfabetização, letramento e autoria na Educação de Jovens e Adultos: os processos de assessoria e formação de educadores**. In: **RODRIGUES**, Maria Bernadette Castro e **DALLA ZEN**, Maria Isabel. Tópicos educacionais I. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2009.

FREIRE, Paulo e **MACEDO**, Donaldo. **Alfabetização: Leitura do Mundo e Leitura da Palavra**. Ed. Paz e Terra. São Paulo; 1921.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo - **A importância do ato de ler; - Pedagogia do Oprimido** - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

FREIRE, Paulo. A dialogicidade: essência da educação como prática de liberdade. In: **Pedagogia do oprimido.** 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 77-120.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. Educação de jovens e adultos: tendências e correntes. In: **Educação de Jovens e Adultos: teoria, práticas e propostas.** São Paulo: Cortez, 2002.

GIROUX, Henry. Alfabetização e a pedagogia do empowerment político. In: **FREIRE, Paulo e MACEDO, Donald.** Alfabetização: leitura da palavra, leitura do mundo. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 1-27.

HARA, Regina. Alfabetização de adultos: ainda um desafio. 3. ed. São Paulo: CEDI, 1992.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e adultos como sujeitos conhecimento e aprendizagem. (Fragmento) Trabalho encomendado pelo GT "Educação de pessoas jovens e adultas" e apresentado na Reunião Anual da ANPEd. Caxambu: 26 a 30 de setembro de 1999.

MEC, Portal. ProJovem. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em 20/10/2010.

OLIVEIRA, Inês Barbosa; PAIVA, Jane (Org.) Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: PD&A, 2004.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. Revista Brasileira de Educação, Set./Out./Nove./Dez. 1999, n. 12, p. 59-73.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições sobre educação de Jovens e Adultos. – 13. Ed. São Paulo, Cortez, 2003

PROCERGS. Educação de Jovens e Adultos. Modalidade de atendimento. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br>

PROJETO ALFABETIZA RIO GRANDE: Avaliando a formação continuada de jovens e adultos. Brasília: **UNESCO**; Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Coletânea de Atos Normativos decorrentes da Lei Federal nº 9.394/96 – LDBEN:** federal e estadual. 3. Porto Alegre, 2001. P 269. Org. No CEED.

SCHEIBEL, Maria Fani; LEHENBAUER, Silvana (Org) Reflexões sobre educação de jovens e adultos – EJA. Porto Alegre: Pallotti, 2006

SMED – Secretaria Municipal de Educação e desporto. Caderno Pedagógico: A leitura do mundo em debate. Alvorada: 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de mudança – por uma práxis transformadora.** São Paulo: Libertad, 1998.

VIERO, Anézia. **Educação de jovens e adultos e educação popular.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WERNECK, Hamilton. **Se a boa escola é a que reprova, o bom hospital é o que mata.** 10. Ed. Rio de Janeiro:DP, 2007.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Coletânea de Atos Normativos decorrentes da Lei Federal nº 9.394/96 – LDBEN:** federal e estadual. 3. Porto Alegre, 2003. Org. No CEED.

_____. Ministério da Educação. **FUNDEB.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 18/10/2010.

_____. Ministério da Educação. **FUNDEF.** Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br>>. Acesso em 18/10/2010.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional.** Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Coletânea de Atos Normativos de correntes da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação:** federal e estadual. 2atual. Porto Alegre, 2000. 219p. Org. No CEED.

_____. **500 anos de alfabetização de jovens e adultos no Brasil.** 19 p.